



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 11.214-B, DE 2018 **(Da Procuradoria-Geral da República)**

Institui o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); tendo parecer da Comissão de Trabalho, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. ORLANDO SILVA); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária deste e do Substitutivo da Comissão de Trabalho (relator: DEP. SIDNEY LEITE).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Trabalho:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

III - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Mensagem nº 3/2018 – PRESI/CNMP

Brasília-DF, 17 de dezembro de 2018.


A Sua Excelência o Senhor
Deputado RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa Casa Legislativa, o presente Projeto de Lei, que institui no Conselho Nacional do Ministério Público, (CNMP) o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (LIODS).

Nos termos da Justificação anexa, busco nos integrantes dessa Casa o acolhimento necessário para aprovar o presente Projeto de Lei, por ser de interesse público.

Atenciosamente,


RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público
Procuradora-Geral da República

Secretaria-Geral da Mesa
17/12/2018 20:23

Protocolo: 5618
Ass.:



Dr. Iseni

CNMP

PROJETO DE LEI Nº , DE DE DEZEMBRO DE 2018.

Institui o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (LIODS).

Parágrafo único. O LIODS é instituído como um espaço administrativo e horizontal de diálogo e articulação de políticas públicas pelo CNMP, em coordenação com o Ministério Público brasileiro, os entes federativos e a sociedade civil.

Art. 2º Constituem objetivos do LIODS:

I - identificar e publicizar, no Portal de Transparência do CNMP, o resultado da atuação institucional, judicial e extrajudicial, do Ministério Público brasileiro em favor da sociedade, conferindo maior visibilidade à quantidade e à qualidade das medidas adotadas e dos atos normativos;

II - elaborar e implementar plano de ação com soluções conjuntas e pacíficas de melhoria da gestão pública, visando a prevenir a judicialização excessiva e outras agendas de interesse global.

Parágrafo único. Outros objetivos e atribuições do LIODS, bem como a estrutura e a forma de atuação, deverão ser estabelecidos administrativamente pela Presidência do CNMP.

Art. 3º Ficam criados no quadro de pessoal do CNMP:

I – 1 (um) cargo em comissão de nível CC-5 que será ocupado pelo Diretor-Executivo;

II – 4 (quatro) funções comissionadas de nível FC-3.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao CNMP, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de dezembro de 2018.

ANEXO DO PROJETO DE LEI Nº , DE DE DEZEMBRO DE 2018.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

NÍVEL	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
CC-5	Cargo em Comissão	1
FC-3	Função Comissionada	4



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Assunto: Projeto de Lei. Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – LIODS e a criação funções e cargo em comissão na estrutura do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

A República Federativa do Brasil é signatária da Agenda 2030, programa das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, que é um Plano de Ação realizado por meio de parcerias para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. A responsabilidade pela implementação da Agenda 2030, que contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é de todos.

Dessa forma, é importante que o Ministério Público participe do processo que está sendo conduzido pela República Federativa do Brasil para implantar os ODS no Brasil, cuja Comissão Nacional foi instituída pelo Decreto nº 8.892/2016, visto que o Ministério Público tem a atribuição constitucional de promover medidas judiciais e extrajudiciais relativas às três dimensões do desenvolvimento sustentável: ambientais, sociais e econômicas.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **Rodrigo Maia**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A atuação do Ministério Público, em juízo ou não, refere-se à redução da pobreza, à água, ao saneamento, à energia, à saúde, à educação, ao trabalho, à equidade de gênero, à paz, à justiça e às instituições eficazes, dentre outras. As ações administrativas de sustentabilidade também fazem parte da gestão interna dos órgãos do Ministério Público.

Contudo, as metas e indicadores dos ODS não inserem dados específicos da atuação do Ministério Público, razão pela qual é importante conhecer e construir indicadores específicos da gestão ministerial e que se relacionam com a Agenda 2030, como forma de prestar contas à sociedade, por meio do Portal de Transparência, sobre a contribuição do Ministério Público para a consecução de cada um dos 17 ODS.

Ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, como órgão de controle da atuação administrativa e financeira, compete coordenar o planejamento e a gestão estratégica dos Ministérios Públicos da União e dos Estados. A unicidade do Ministério Público exige a implementação de diretrizes nacionais para nortear a atuação institucional.

Pela relevância da Agenda 2030 é essencial que ela se insira no âmbito do planejamento estratégico dos Ministérios Públicos da União e dos Estados. É uma inovação, contudo, a inserção do Ministério Público como parceiro na implementação dos ODS. Por isso, para garantir o sucesso da iniciativa, é preciso estruturar uma área para atuação permanente, como também é a atenção aos temas relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental do planeta.

O Ministério Público deve inserir a Agenda 2030 em sua atividade cotidiana de 2020 a 2029, zelando para que as políticas públicas cumpram os 17 ODS, como lhe incumbiu a Constituição no artigo 129-II.

Atualmente, os órgãos de apoio técnico ao processo de implantação dos ODS estão trabalhando na customização dos indicadores globais para a realidade brasileira, trabalho que já foi realizado para as metas. A Agenda global tem 169 metas e 231 indicadores para os 17 ODS. Urge incluir os Ministérios Públicos da União e dos



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Estados nesse processo.

O Ministério Público está dando início a um trabalho inovador para impulsionar o atingimento dos ODS, cumprindo sua missão constitucional, aliada a uma agenda mundial focada na sustentabilidade. As análises temáticas com foco nos ODS, possibilitadas pelo uso de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação aplicadas aos dados da atuação institucional judicial e extrajudicial, ajudarão a direcionar a gestão e a prestação adequada dos serviços ministeriais.

Por fim, a Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público está à disposição para eventuais informações complementares.

Atenciosamente,


RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Informação nº 01/SPO/2018

Assunto: Disponibilidade Orçamentária

Senhora Secretária-Geral,

Em função do anteprojeto de lei que institui o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (LIODS), no âmbito deste CNMP, informo que há disponibilidade orçamentária. Para tanto, deverá ocorrer remanejamento de dotação orçamentária alocada nas despesas discricionárias para despesas obrigatórias, nas funcionais-programáticas 03.122.2100.20TP - Ativos Cíveis da União e 03.846.2100.09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Respeitosamente,

Brasília, 17 de dezembro de 2018

TAÍSSA DAGHER
Secretária de Planejamento Orçamentário

PARECER – ASS/PRESI/CNMP

Ementa: Projeto de lei para criação do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como programa do Conselho Nacional do Ministério Público, e outras providências

Trata-se de minuta de proposta de criação por lei do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) como programa do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

ANÁLISE JURÍDICA

A administração do Conselho Nacional do Ministério Público, mediante juízo de conveniência e de oportunidade, apresentará o presente projeto, mediante a justificativa a seguir:

A República Federativa do Brasil é signatária da Agenda 2030, programa das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, que é um Plano de Ação realizado por meio de parcerias para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. A responsabilidade pela implementação da Agenda 2030, que contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é de todos.

Dessa forma, é importante que o Ministério Público participe do processo que está sendo conduzido pela República Federativa do Brasil para implantar os ODS no Brasil, cuja Comissão Nacional foi instituída pelo Decreto nº 8.892/2016, visto que o Ministério Público tem a atribuição constitucional de promover medidas judiciais e extrajudiciais relativas às três dimensões do desenvolvimento sustentável: ambientais, sociais e econômicas.

A atuação do Ministério Público, em juízo ou não, refere-se à redução da pobreza, à água, saneamento, energia, saúde, educação, trabalho, equidade de gênero, paz, justiça e instituições eficazes, dentre outras. As ações administrativas de sustentabilidade também fazem parte da gestão interna dos órgãos do Ministério Público.

Contudo, as metas e indicadores dos ODS não inserem dados específicos da atuação do Ministério Público, razão pela qual é importante conhecer e construir indicadores específicos da gestão ministerial e que se relacionam com a Agenda



2030, como forma de prestar contas à sociedade, por meio do Portal de Transparência, sobre a contribuição do Ministério Público para a consecução de cada um dos 17 ODS.

Ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, como órgão de controle da atuação administrativa e financeira, compete coordenar o planejamento e a gestão estratégica dos Ministérios Públicos da União e dos Estados. A unicidade do Ministério Público exige a implementação de diretrizes nacionais para nortear a atuação institucional.

Pela relevância da Agenda 2030 é essencial que ela se insira no âmbito do planejamento estratégico dos Ministérios Públicos da União e dos Estados. É uma inovação, contudo, a inserção do Ministério Público como parceiro na implementação dos ODS. Por isso, para garantir o sucesso da iniciativa, é preciso estruturar uma área para atuação permanente, como também é a atenção aos temas relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental do planeta.

O Ministério Público deve inserir a Agenda 2030 em sua atividade cotidiana de 2020 a 2029, zelando para que as políticas públicas cumpram os 17 ODS, como lhe incumbiu a Constituição no artigo 129-II.

Atualmente, os órgãos de apoio técnico ao processo de implantação dos ODS estão trabalhando na customização dos indicadores globais para a realidade brasileira, trabalho que já foi realizado para as metas. A Agenda global tem 169 metas e 231 indicadores para os 17 ODS. Urge incluir os Ministérios Públicos da União e dos Estados nesse processo.

O Ministério Público está dando início a um trabalho inovador para impulsionar o atingimento dos ODS, cumprindo sua missão constitucional, aliada a uma agenda mundial focada na sustentabilidade. As análises temáticas com foco nos ODS, possibilitadas pelo uso de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação aplicadas aos dados da atuação institucional judicial e extrajudicial, ajudarão a direcionar a gestão e a prestação adequada dos serviços ministeriais.

No artigo 3º o projeto tem-se a criação para o quadro de pessoal do Conselho Nacional dos seguintes cargos e funções:

I – 1 (um) cargo em comissão de nível CC-5 que será ocupado pelo Diretor-Executivo;

II – 4 (quatro) funções comissionadas de nível FC-3.

Na criação dos cargos acima há a necessidade de observância da Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, a qual dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério



Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público. O art. 3º, § 1º, da Lei nº 13.316/2016 é explícito ao exigir que *“Cada ramo do Ministério Público da União destinará, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão aos integrantes das carreiras do Ministério Público da União, observados os requisitos de qualificação e de experiência previstos em regulamento”*.

Por fim, tem-se dispositivo legal no sentido de que as despesas decorrentes da aplicação da lei correrão à conta dos créditos consignados à unidade orçamentária do CNMP no orçamento geral da União.

CONCLUSÃO

Posto isso, opino no sentido de que o projeto está em conformidade com as normas de regência e ressalvo a necessidades de observância dos limites dispostos pela lei a cada nomeação dos cargos e funções comissionadas.

É o parecer.

Brasília, 17 de dezembro de 2018.



NATHÁLIA BRÍGIDA GOMES BEZERRA

Assessora da Presidência do CNMP

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....
**TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**
.....

**CAPÍTULO IV
DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA**

**Seção I
Do Ministério Público**
.....

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

- I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- II - zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
- III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;
- V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
- VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;
- VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;
- VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo

não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição. *(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação. *(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93. *(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*

§ 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata. *(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*

Art. 130. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições desta Seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

DECRETO Nº 8.892, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016

Cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, subscrita pela República Federativa do Brasil.

Parágrafo único. A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é instância colegiada paritária, de natureza consultiva, integrante da estrutura da Secretaria de Governo da Presidência da República, para a articulação, a mobilização e o diálogo com os entes federativos e a sociedade civil.

Art. 2º À Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável compete:

- I - elaborar plano de ação para implementação da Agenda 2030;
- II - propor estratégias, instrumentos, ações e programas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS;
- III - acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos ODS e elaborar relatórios periódicos;
- IV - elaborar subsídios para discussões sobre o desenvolvimento sustentável em fóruns nacionais e internacionais;
- V - identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance dos ODS; e
- VI - promover a articulação com órgãos e entidades públicas das unidades federativas para a disseminação e a implementação dos ODS nos níveis estadual, distrital e municipal.

Art. 3º A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável será integrada por:

- I - um representante, titular e suplente, de cada um dos seguintes órgãos:

- a) Secretaria de Governo da Presidência da República;
- b) Casa Civil da Presidência da República;
- c) Ministério das Relações Exteriores;
- d) Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário;
- e) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e
- f) Ministério do Meio Ambiente;

II - um representante, titular e suplente, dos níveis de governo estadual e distrital;

III - um representante, titular e suplente, do nível de governo municipal; e

IV - oito representantes, titulares e suplentes, da sociedade civil.

§ 1º A presidência da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável será exercida pelo representante da Secretaria de Governo da Presidência da República.

§ 2º Os representantes, titulares e suplentes, de que trata o inciso I do caput serão indicados pelos titulares dos órgãos.

§ 3º Os representantes, titulares e suplentes, de que tratam os incisos II, III e IV do caput serão escolhidos em processo de seleção pública coordenado pela Secretaria de Governo da Presidência da República.

§ 4º Os representantes, titulares e suplentes, serão designados em ato do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Art. 4º A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, a qualquer tempo, mediante convocação de seu Presidente.

Art. 5º A Secretaria de Governo da Presidência da República exercerá a função de Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 6º O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística prestarão assessoramento permanente à Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 7º A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável poderá convidar representantes de órgãos e entidades públicos, da sociedade civil e do setor privado para colaborar com as suas atividades.

Art. 8º A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável poderá criar câmaras temáticas destinadas ao estudo e à elaboração de propostas relacionadas à implementação dos ODS.

Art. 9º A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável deverá, no prazo de noventa dias, contado da data de publicação deste Decreto, elaborar seu regimento interno, a ser aprovado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Art. 10. A participação na Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 11. A participação dos representantes na Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável será custeada pelo órgão, pela entidade ou pela instituição de origem de cada representante.

Art. 12. As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas aos órgãos e às entidades envolvidos, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 13. A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ficará extinta após a conclusão dos trabalhos previstos pela Agenda 2030, devendo apresentar

relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, as conclusões e as recomendações.

Parágrafo único. O acervo documental e de multimídia resultante da conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável deverá ser encaminhado ao Arquivo Nacional.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de outubro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER

José Serra

Dyogo Henrique de Oliveira

Osmar Terra

José Sarney Filho

Eliseu Padilha

Geddel Vieira Lima

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 11.214, de 2018, de autoria da Procuradoria-Geral da República, institui o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A proposição encontra-se sob apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, II, do RICD) e em regime prioritário de tramitação (art. 151, II, do RICD). Será analisada: a) quanto ao mérito, por esta Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (CTASP); b) quanto ao mérito e à adequação financeira e orçamentária, pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT); e c) quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto no âmbito desta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 11.214, de 2018, cria o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – LIODS no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. Trata-se de um espaço para diálogo e articulação de políticas públicas entre o Ministério Público, os entes federativos e a

sociedade civil.

O LIODS terá por objetivo identificar e divulgar no Portal de Transparência do CNMP o resultado da atuação institucional, judicial e extrajudicial, do Ministério Público brasileiro em favor da sociedade, notadamente a quantidade e a qualidade das medidas adotadas e dos atos normativos. Além disso, o Laboratório deverá elaborar e implementar um plano de ação com soluções conjuntas e pacíficas de melhoria da gestão pública, visando a prevenir o ajuizamento excessivo de demandas judiciais e outras agendas de interesse mundial. Para tanto, são criados um cargo em comissão de nível CC-5 e quatro funções comissionadas de nível FC-3.

A criação do LIODS faz parte das iniciativas desenvolvidas pelo Ministério Público alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030, em especial o ODS 16 – “Paz, Justiça e às Instituições Eficazes”, destinado a “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”¹.

Em sua manifestação, a Presidente do CNMP, Sra. Procuradora-Geral Raquel Dodge, esclarece que *“as metas e indicadores dos ODS não inserem dados específicos da atuação do Ministério Público, razão pela qual é importante conhecer e construir indicadores específicos da gestão ministerial e que se relacionam com a Agenda 2030, como forma de prestar contas à sociedade, por meio do Portal da Transparência”*.

Informa ainda que *“o Ministério Público está dando início a um trabalho inovador para impulsionar o atingimento dos ODS, cumprindo sua missão constitucional aliada a uma agenda mundial focada na sustentabilidade. As análises temáticas com foco nos ODS, possibilitadas pelo uso de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação aplicadas aos dados da atuação institucional judicial e extrajudicial, ajudarão a direcionar a gestão e a prestação adequada dos serviços ministeriais”*.

Ante o exposto, não restam dúvidas de que a criação do LIODS é medida importante e necessária para que o Brasil promova o desenvolvimento

¹ <http://www.agenda2030.com.br/ods/16/>

sustentável, aprimore a gestão ministerial e cumpra os compromissos assumidos na Agenda 2030. De fato, a promoção de um Ministério Público forte, inclusivo e transparente integra as metas do ODS 16 da referida Agenda, o que trará benefícios para toda a população brasileira.

Por essas razões, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 11.214, de 2018, na forma do substitutivo anexo, que promove apenas ajustes de técnica legislativa na proposição.

Sala da Comissão, em 06 de agosto de 2019.

Deputado ORLANDO SILVA
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 11.214, DE 2018

Cria o Laboratório de Inovação, Inteligência e
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – LIODS
no Conselho Nacional do Ministério Público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – LIODS, órgão integrante da estrutura do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP destinado ao diálogo e à articulação de políticas públicas entre o Ministério Público, os entes federativos e a sociedade civil.

Art. 2º Compete ao LIODS:

I – identificar e divulgar, no Portal de Transparência do CNMP, o resultado da atuação institucional, judicial e extrajudicial, do Ministério Público brasileiro em favor da sociedade, notadamente a quantidade e a qualidade das medidas adotadas e dos atos normativos;

II – elaborar e implementar plano de ação com soluções conjuntas e pacíficas de melhoria da gestão pública, visando a prevenir o ajuizamento excessivo de demandas judiciais e outras agendas de interesse mundial.

Parágrafo único. A organização, o funcionamento e outras atribuições do LIODS serão definidas em regulamento do CNMP.

Art. 3º Ficam criados no quadro de pessoal do CNMP:

I – 1 (um) cargo em comissão de nível CC-5, que será ocupado pelo

Diretor-Executivo; e

II – 4 (quatro) funções comissionadas de nível FC-3.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao CNMP, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 06 de agosto de 2019.

Deputado ORLANDO SILVA
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou, com Substitutivo o Projeto de Lei nº 11.214/18, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Orlando Silva, com Substitutivo, contra os votos dos Deputados Alexis Fonteyne, Tiago Mitraud e Kim Kataguiri.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Professora Marcivania - Presidente, Flávia Morais e Maurício Dziedricki - Vice-Presidentes, Bohn Gass, Daniel Silveira, Erika Kokay, Fábio Mitidieri, Junio Amaral, Kim Kataguiri, Luiz Carlos Motta, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Mauro Nazif, Paulo Ramos, Rogério Correia, Túlio Gadêlha, Vicentinho, Adriano do Baldy, Alexis Fonteyne, André Figueiredo, Augusto Coutinho, Léo Moraes, Leonardo Monteiro, Lucas Gonzalez e Tiago Mitraud.

Sala da Comissão, em 28 de agosto de 2019.

Deputada PROFESSORA MARCIVANIA
Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CTASP AO PROJETO DE LEI Nº 11.214, DE 2018

Cria o Laboratório de Inovação, Inteligência e
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – LIODS
no Conselho Nacional do Ministério Público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – LIODS, órgão integrante da estrutura do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP destinado ao diálogo e à articulação de políticas públicas entre o Ministério Público, os entes federativos e a sociedade civil.

Art. 2º Compete ao LIODS:

I – identificar e divulgar, no Portal de Transparência do CNMP, o resultado da atuação institucional, judicial e extrajudicial, do Ministério Público brasileiro em favor da sociedade, notadamente a quantidade e a qualidade das medidas adotadas e dos atos normativos;

II – elaborar e implementar plano de ação com soluções conjuntas e pacíficas de melhoria da gestão pública, visando a prevenir o ajuizamento excessivo de demandas judiciais e outras agendas de interesse mundial.

Parágrafo único. A organização, o funcionamento e outras atribuições do LIODS serão definidas em regulamento do CNMP.

Art. 3º Ficam criados no quadro de pessoal do CNMP:

I – 1 (um) cargo em comissão de nível CC-5, que será ocupado pelo Diretor-Executivo; e

II – 4 (quatro) funções comissionadas de nível FC-3.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao CNMP, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 28 de agosto de 2019.

Deputada PROFESSORA MARCIVANIA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Projeto de Lei nº 11.214, de 2018

Institui o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Autor: PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Relator: Deputado SIDNEY LEITE

I – RELATÓRIO

O projeto em análise, de autoria da PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, institui o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Segundo a justificativa do autor, “Pela relevância da Agenda 2030 é essencial que ela se insira no âmbito do planejamento estratégico dos Ministérios Públicos da União e dos Estados. É uma inovação, contudo, a inserção do Ministério Público como parceiro na implementação dos ODS. Por isso, para garantir o sucesso da iniciativa, é preciso estruturar uma área para atuação permanente, como também é a atenção aos temas relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental do planeta.”

O projeto tramita em regime de prioridade (art. 151, II, RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões - art. 24 II, tendo sido distribuído às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD), nessa ordem.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o Parecer do Relator, Dep. Orlando Silva (PCdoB-SP), com Substitutivo, foi aprovado em 28 de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 03/07/2025 16:42:21.343 - CFT
PRL 1 CFT => PL 11214/2018

PRL n.1

agosto de 2019, contra os votos dos Deputados Alexis Fonteyne, Tiago Mitraud e Kim Kataguiri. O Substitutivo apenas promove ajustes de técnica legislativa na proposição.

O projeto é encaminhado a esta Comissão de Finanças e Tributação para análise de sua compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “*a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor*” e como adequada “*a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual*”.

O art. 169, § 1º, da Constituição estabelece que a criação de cargos e funções só poderá ser realizada se houver prévia dotação orçamentária suficiente para cobrir as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, além de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 03/07/2025 16:42:21.343 - CFT
PRL 1 CFT => PL 11214/2018

PRL n.1

O Anexo V da lei orçamentária para 2025, Lei nº 15.121/2025, não contém a autorização e a respectiva dotação orçamentária prévia exigidas pelo citado dispositivo constitucional. Portanto, o projeto de lei não atende aos requisitos constitucionais para a criação do cargo e das funções proposta no projeto.

Além disso, o projeto de lei não apresenta a estimativa do impacto orçamentário decorrente da criação do cargo e das funções, conforme determina o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Portanto, não temos alternativa senão considerar o projeto inadequado e incompatível quanto ao aspecto orçamentário e financeiro.

Diante do exposto, voto pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 11.214, de 2018, e do substitutivo aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado SIDNEY LEITE

Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 11.214, DE 2018

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL 11214/2018, e do Substitutivo adotado da Comissão de Trabalho, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Sidney Leite.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Rogério Correia - Presidente, Florentino Neto - Vice-Presidente, Adail Filho, Átila Lins, Dayany Bittencourt, Fábio Teruel, Fausto Jr., Fernando Monteiro, Hildo Rocha, José Airton Félix Cirilo, Júlio Cesar, Kim Kataguirí, Luiz Carlos Haully, Marcos Pereira, Marcos Soares, Mário Negromonte Jr., Mauro Benevides Filho, Merlong Solano, Murilo Galdino, Pauderney Avelino, Paulo Guedes, Reinhold Stephanes, Alencar Santana, Aureo Ribeiro, Daniel Agrobom, Delegado Paulo Bilynskyj, Duarte Jr., Gilberto Abramo, Jilmar Tatto, Joseildo Ramos, Josenildo, Júnior Ferrari, Laura Carneiro, Luiz Carlos Busato, Marangoni, Marcelo Crivella, Mendonça Filho, Otto Alencar Filho, Pedro Westphalen, Professora Luciene Cavalcante, Sanderson, Sargento Portugal, Sidney Leite e Socorro Neri.

Sala da Comissão, em 26 de novembro de 2025.

Deputado ROGÉRIO CORREIA
Presidente

